



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

**Data da reunião:** 26/09/2023

**Presidente:** Senador Vanderlan Cardoso

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<b>PLP 137/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial. <b>Autoria:</b> Senador Flávio Arns <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Oriovisto Guimarães	Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.	A proposição pretende alterar as disposições sobre cédula de crédito microempresarial contidas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Conforme o texto, a cédula de crédito deixa de ser emitida pelo microempresário ou empresário de pequeno porte e passa a ser emitida pela própria Administração Pública sempre que esta deixar de pagar o empenho liquidado em prazo superior a 30 dias, contados da liquidação. O microempresário ou o empresário de pequeno porte ficam autorizados a descontar a cédula de crédito junto a uma instituição financeira, por meio do endosso do título. O relator é favorável ao projeto, propondo emenda para definir o mecanismo de direitos e deveres da cédula de crédito.
2	<b>PL 1440/2019</b> <b>Ementa:</b> Estabelece área de semiárido; altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para estender a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra aos Municípios que especifica; e cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Romário	Favorável ao projeto.	São objetivos da proposta: a) estabelecer como área de semiárido a classificação climática dos municípios que especifica, no estado do Rio de Janeiro; b) alterar a Lei 10.420/2002 para estender a esses municípios a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica; e c) criar o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense, de natureza contábil, para apoiar as atividades produtivas e o desenvolvimento dos municípios referidos. Ademais, o PL dispõe que o Fundo terá como fonte os recursos concedidos por entidades de direito privado, nacionais ou estrangeiras, decorrentes de contribuições, doações ou financiamentos; e veda a exigência, por parte das entidades financiadoras do Fundo, de quaisquer condicionalidades em termos de políticas públicas.  A matéria será apreciada pela CRA.

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)2**  
**Data da reunião: 26/09/2023**

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p><b>PL 2236/2022</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a neuromielite óptica e o espectro da neuromielite óptica entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez; altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelas pessoas com neuromielite óptica e espectro da neuromielite óptica; e considera doenças graves a neuromielite óptica e o espectro da neuromielite óptica, nos termos das Leis nºs 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), e 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Romário	Favorável à matéria.	<p>O PL inclui a neuromielite óptica e seu espectro entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, isentando os proventos percebidos pelas pessoas que padecem dessa doença do imposto de renda, além de incluir essa enfermidade no rol de doenças graves previstos em lei.</p> <p>A matéria será apreciada pela CAS.</p>
4	<p><b>PL 1312/2023</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o Auxílio Emergencial Estudantil, destinado aos estudantes que necessitem de apoio para viabilizar as condições de mobilidade para o ingresso, as despesas básicas e a permanência inicial.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Teresa Leitão</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Rogério Carvalho	Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo de sua autoria.	<p>O PL autoriza o Poder Executivo Federal a instituir o Auxílio Emergencial Estudantil em benefício de estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou em escolas privadas, como bolsistas integrais, que estejam em situação de vulnerabilidade social e que, aprovados em processo seletivo em instituição federal de ensino superior ou selecionados como bolsistas integrais do Programa Universidade para Todos (PROUNI), necessitem de apoio financeiro para viabilizar o ingresso, as despesas básicas e a permanência inicial no ensino superior. São características do Auxílio: a) concessão coordenada pela União, em colaboração com estados, DF e municípios; b) cobertura de despesas de caráter urgente; c) prazo máximo de seis meses ou até que o estudante seja atendido por programa regular de assistência estudantil, o que ocorrer antes; d) prazo máximo para decisão acerca da concessão de 30 dias, contados a partir da data da solicitação; e) fixação e a atualização dos valores determinada em regulamento; f) suspensão, caso o estudante deixe de frequentar a instituição de ensino superior; e g) transferência dos recursos por meio de crédito adicional no Cartão do Programa Bolsa Família, Programa Poupança Estudantil ou congênere, ou por meio de conta virtual, pessoal e intransferível, aberta pelo Ministério da Educação. A proposta estabelece os requisitos para a concessão do Auxílio, conferindo prioridade a candidatos que se autodeclarem pretos, pardos e indígenas ou que sejam pessoas com deficiência, ribeirinhos, povos das águas e comunidades tradicionais, filhos de catadoras e catadores e de classificadoras e classificadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, que poderão receber o valor em dobro. A emenda apresentada visa a incluir, entre as prioridades, estudantes oriundos de escolas rurais.</p> <p>O relator é favorável à matéria na forma de substitutivo que, além de ajustes redacionais: a) acrescenta os bolsistas integrais do Prouni e os estudantes das instituições de ensino superior estaduais e municipais como beneficiários do Auxílio; b) prevê que o Auxílio terá valor R\$ 400,00; c) indica que o Auxílio deverá ser solicitado pelo estudante após a divulgação do resultado final do processo seletivo da instituição de ensino superior ou do SISU; d) inclui mães solo, mães</p>

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)3**  
**Data da reunião: 26/09/2023**

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>atípicas e os estudantes de escolas rurais entre os estudantes prioritários; e) exclui a expressão “concluinte do ensino médio”, a fim de permitir que os que cursaram o ensino médio há mais tempo possam se candidatar ao Auxílio; f) suprime previsão de que o Ministério da Educação deverá realizar a abertura da conta bancária; g) prevê como fontes de custeio os dividendos pagos pelas empresas estatais à União, assim como outros recursos previstos no orçamento fiscal da União. Ademais, o relatório estimou o impacto orçamentário-financeiro da proposta para o primeiro exercício financeiro de vigência da Lei e para os dois seguintes (R\$ 369.891.600,00).</p> <p>1. Em 25/4/2023, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.</p> <p>2. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.</p>
5	<p><b>PL 2816/2023</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera os artigos 1º e 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Zequinha Marinho</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senadora Professora Dorinha Seabra</p>	<p>Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.</p>	<p>O PL visa a alterar a Lei 4.950-A/1966, para garantir aos zootecnistas o mesmo salário mínimo profissional assegurado aos diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.</p> <p>A relatora é favorável à matéria na forma de substitutivo que acrescenta cláusula de vigência da futura lei e faz ajustes redacionais.</p> <p>A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.</p>
6	<p><b>PL 3358/2023</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Jayme Campos</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senadora Professora Dorinha Seabra</p>	<p>Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada; e contrário à Emenda nº 1-T.</p>	<p>O PL propõe nova redação a cinco dispositivos da Lei 10.260/2001 com vistas a incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (Fies)</p> <p>Foi oferecida uma emenda ao PL para permitir atendimento mínimo de 10%, do financiamento com recursos do Fies, a estudantes das populações do campo, dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas.</p> <p>A relatora defende que o PL não cria despesa nem gera renúncia de receita; vota pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta, para adequar o projeto à nova redação do caput do art. 1º da Lei 10.260/2001, que incluiu a possibilidade de financiamento de cursos superiores na modalidade à distância com o Fies; e pela rejeição da Emenda nº 1-T, por julgar inadequado fixar percentuais na aplicação dos recursos do Fies.</p> <p>A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.</p>

## Consultoria Legislativa do Senado Federal

### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)4

Data da reunião: 26/09/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<b>PL 3971/2019</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para dispor sobre prioridade na construção de estabelecimentos de educação infantil com apoio financeiro federal. <b>Autoria:</b> Senador Jayme Campos <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Mauro Carvalho Junior	Pela aprovação do projeto.	O projeto altera a legislação para prever que as obras já iniciadas com apoio financeiro federal terão prioridade nas transferências da União aos municípios e ao Distrito Federal, destinadas à construção de estabelecimentos de educação infantil.  A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).